



Município de São João da Boa Vista
Departamento de Assistência Social
Setor de Gerenciamento de Parcerias com o Terceiro Setor

JUSTIFICATIVA

Ref.: Termo de Referência DAS/SGPTS-05/2024

Trata-se de solicitação de Chamamento Público para estabelecer de Termo de Colaboração entre a Prefeitura do Município de São João da Boa Vista-SP, por meio do Departamento de Assistência Social-DAS e a Organização da Sociedade Civil – OSC para a execução do **Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), com faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses**, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014.

O serviço de acolhimento provisório é oferecido em unidades semelhante a uma residência, que conta com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial com profissionais preparados para receber crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

A medida de proteção de acolhimento para crianças e adolescentes está prevista no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como “medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta”.

Considerando a necessária articulação em rede dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no âmbito municipal e a Política Municipal de Assistência Social, é fundamental a garantia da oferta dos Serviços de Acolhimento de forma a integrar a rede socioassistencial e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social.

A necessidade de seleção de entidade para ofertar o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes se dá em razão do expressivo número de acolhimentos, especialmente os segmentos da infância e adolescência, que por um lado, reflete realidades familiares das classes populares que reproduzem as relações típicas de uma sociedade opressora, como violências intrafamiliar, negligência, abandono, entre outras e por outro, da necessidade do município oferecer tal serviço de proteção social especial de alta complexidade garantindo a proteção integral aos usuários do serviço, contribuindo para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos.

Diante dos dados quantitativos apurados pelo Departamento de Assistência Social através do CREAS



Município de São João da Boa Vista
Departamento de Assistência Social
Setor de Gerenciamento de Parcerias com o Terceiro Setor

e do Conselho Tutelar e também de acordo com Relação de Crianças Acolhidas emitida por meio do Sistema de Vigilância Socioassistencial (Assessor Público), no exercício de 2024 o município de São João da Boa Vista registrou o número de 42 (quarenta e duas) crianças e/ou adolescentes acolhidas que tiveram seus direitos violados, como, negligências, violências intrafamiliares, abandono, entre outras violações. Sendo assim, justifica-se a obrigação do município em estabelecer 02 (duas) unidades do Serviço de Acolhimento Institucional para essas Crianças e Adolescentes, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

Atualmente o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, com faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses é ofertado no município por única OSC, Casa de Apoio ao Menor Irmã Dulce - CAMID, através de termos de colaboração, sendo:

- Termo de Colaboração nº 008/2022, vigente de 03/10/2022 a 02/10/2025 - Atendendo 20 vagas para acolhimento de crianças e adolescentes - Processo nº 11779/2022;
- Termo de Colaboração Emergencial nº 11/2024, vigente de 18/09/2024 a 17/03/2025 - Atendendo 20 vagas para acolhimento de crianças e adolescentes - Processo nº 17120/2024;

O segundo, sendo formalizado de forma emergencial, visto que o Departamento de Assistência Social – DAS optou pela não continuidade de parceria com a Organização da Sociedade Civil Associação Assistencial Ágape, a qual executava o serviço no município através do Termo de Colaboração nº 007/2022. A decisão do DAS se deu por conta do recebimento de diversas tipos de denúncias relacionadas a OSC, sendo realizadas diversas ações pelo Departamento com o objetivo de apurar os fatos, como por exemplo: Reuniões de orientação com Representante Legal da OSC; audiências, escuta da diretoria, dos profissionais e das crianças acolhidas no serviço, mediante a isso houve a elaboração e envio de Plano de Providências pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do DAS; assistência técnica em processo de seleção de profissionais da OSC, acompanhamento sistemático da parceria através das Prestações de Contas, e das visitas de fiscalização mensais e também elaboração de Plano de Providências pelo Setor de Gerenciamento de Parcerias com o Terceiro Setor) no sentido de auxiliar a OSC a sanar as questões apontadas nas denúncias. No decorrer das ações, ainda foram instaurados processos para apuração das denúncias, sendo eles:

- Processo nº 9922.2023 - Expediente Interno – Departamento de Assistência Social DAS;
- Processo nº 14032.2023 - Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJSP;



Município de São João da Boa Vista
Departamento de Assistência Social
Setor de Gerenciamento de Parcerias com o Terceiro Setor

- Processo nº 15699.2023 - PMSJBV - Apuração Ministério Público do Estado de São Paulo -MPSP;
- Processo nº 17160.2023 - visando a Aplicações de Sanções Administrativas à Associação Assistencial Ágape referente ao TC 007/2022.

Mesmo diante de todas as ações realizadas, as denúncias não cessaram, gerando então, uma grande preocupação no Departamento com a efetiva proteção das crianças e adolescentes acolhidos no serviço, considerando o dever de decisão pela prorrogação da parceria com a Associação Assistencial Ágape, para continuidade na execução do serviço, frente ao contexto exposto ponderou-se que não se fazia plausível a prorrogação de uma parceria com várias denúncias em sua execução bem como pareceres com ressalvas, e indiscutivelmente prezou-se pela total certeza da proteção das crianças e adolescentes usuárias do serviço de acolhimento. Sendo assim a OSC Associação Assistencial Ágape, foi informada através do Ofício Nº 326/2024/DAS em 02/08/2024, quanto a não prorrogação do Termo de Colaboração nº 007/2022, e assim formalizada nova parceria com a OSC Casa de Apoio ao Menor Irmã Dulce – CAMID, OSC do município que já executa o mesmo serviço através de parceria vigente, sendo fiscalizada em sua execução, sem ressalvas em pareceres.

Diante de todo o exposto, e tendo em vista que o encerramento de vigência do Termo de Colaboração Emergencial nº 11/2024 com a OSC CAMID se dará em 17/03/2025, se faz imprescindível a realização de novo Chamamento Público para a continuidade do serviço no município. Importante mencionar que, apesar de ainda haver a possibilidade de realização de mais duas prorrogações pelo período de 12 (doze) meses do Termo de Colaboração nº 008/2022 vigente também com a OSC CAMID, se fez a opção pela realização de procedimento Chamamento Público para 02 (duas) Unidades de Acolhimento Institucional de 20 (vinte) vagas, para que diante da formalização das parcerias, na realização do repasse por parte do poder público, não houvesse defasagem no custo per capita entre as OSCs prestadoras de serviços.

O valor orçamentário disponível para o desenvolvimento do SAICA será de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mensais**, sendo previsto um **valor anual de até R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais)** por unidade de acolhimento. Considerando 02 (duas) unidades de acolhimento no município, o valor orçamentário disponível passa a ser de até **R\$ 1.920.000,00 (um milhão novecentos e vinte mil reais)**, os recursos são oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social, providos de recursos municipais e federais.

As parcerias serão formalizadas para a execução de 12 (meses), podendo ser prorrogável por até 60 (sessenta) meses conforme prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

Sem mais, nos colocamos à disposição para o que mais se julgar necessário.



Município de São João da Boa Vista
Departamento de Assistência Social
Setor de Gerenciamento de Parcerias com o Terceiro Setor

Anexos:

- Parecer Técnico da Vantagem Econômica da Parceria;
- Cópia do Ofício N° 326/2024/DAS de 30/07/2024 protocolado pela OSC Associação Assistencial Ágape em 02/08/2024;
- Cópia do Termo de Colaboração Emergencial N° 011/2024;
- Relação de Crianças Acolhidas no Exercício 2024 (Período janeiro a novembro) emitida pelo Sistema de Vigilância Socioassistencial (Assessor Público).

DAS, 27 de dezembro de 2024.

Cindy Laure Galizoni Elidio
Diretora do Departamento de Assistência Social